

## **O cinema e a memória da sociedade:**

O papel das cinematecas na formação e difusão da memória cinematográfica como base de um projeto político/ pedagógico

**Fausto Douglas Correa Jr**

A memória da sociedade por ser em alguma medida comparada com a nossa memória individual. Ela é parte de nós mesmos, do que fomos, e o modo como lidamos com ela indica muito daquilo que seremos ou poderemos ser. Você já pensou que os filmes brasileiros em cartaz nesse momento serão parte da memória cinematográfica brasileira, e por consequência parte da memória de nossa sociedade em geral? E mais ainda, que existe um lugar privilegiado para encontrar essa memória cinematográfica? São as *cinematecas*.

Uma cinemateca é um misto de arquivo histórico e museu de cinema. Como um centro de pesquisas sobre cinema uma cinemateca preserva os filmes e todo o universo documental que os circundam, tais como revistas e livros sobre cinema, cartazes, fotografias, roteiros (incluindo inéditos) e arquivos pessoais ou institucionais de pessoas ou empresas ligadas ao meio cinematográfico. Na parte do acervo de filmes a riqueza da tipologia do material é igualmente enorme, e não cabe por hora tentar adentrar nesse universo. Vale dizer apenas que dificilmente existe instituição para além das cinematecas com melhores condições de contar a história do cinema (e dos filmes) não apenas como fenômeno histórico/ sociológico, mas também como *material*. Podemos tentar dar um exemplo hipotético. O que é exatamente um filme X produzido nos EUA em 1926 que conhecemos hoje? Esse filme pode ter sido salvo a partir de um *contratipo* (basicamente uma cópia do negativo) feito de uma cópia distribuída na Hungria, que pode ter sofrido cortes (não ser completa), não ter guardado suas colorações originais, sua trilha musical original (se havia uma, é desconhecida), etc. Ninguém melhor que as cinematecas para remontar essa história do filme enquanto material.

Esse trabalho maravilhoso é feito com o material que já está nos arquivos, mas existe um aspecto sobre o qual é imprescindível falar para entender a idéia de cinemateca de modo pleno. Propomos então pensar no que ainda vai se tornar material de arquivo. Propomos pensar na relação direta que existe entre a produção cinematográfica contemporânea e formação da memória do cinema, cabendo aqui

perguntar: que memória é essa que está sendo produzida e preservada? Que material é esse sobre o qual estamos despendendo recursos materiais e humanos para preservar?

Hoje no Brasil as leis de “incentivo à cultura” são ainda os principais meios de obtenção de financiamento para a produção cinematográfica. Por meio dessas leis de “incentivo” os produtores captam recursos de empresas privadas (ou públicas, como é o caso da Petrobrás), utilizando mecanismos de isenção fiscal por parte das empresas, que assim patrocinam os filmes que serão produzidos a partir desse tipo de dispositivo legal. Antes disso, porém, os projetos cinematográficos (roteiros) passam por uma espécie de licitação pública, aberta por meio de inúmeros editais para produção de longas e curtas-metragens. Podemos questionar dos critérios de escolha das comissões que avaliam os projetos (e as distorções por vezes são muitas), mas, de qualquer modo, é esse o caminho principal para se produzir cinema no Brasil.

Hoje esse tipo de dispositivo legal atribui uma enorme responsabilidade à Cinemateca Brasileira (criada oficialmente em 1949 como uma espécie de departamento do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM-SP), incorporada ao governo federal em 1984, sendo atualmente ligada ao Ministério da Cultura. Todo filme produzido com as atuais leis de incentivos à cultura devem ter no mínimo uma cópia depositada na Cinemateca Brasileira (leis como a Lei Rouanet citam explicitamente essa instituição). A responsabilidade da Cinemateca é ainda maior na medida em que, como autoridade que é no campo cinematográfico, ela participa diretamente das comissões que escolhem os projetos (roteiros) que poderão ser contemplados pelas leis de incentivo. Traduzindo: os filmes são produzidos e preservados com dinheiro público, mas como veremos, eles propriamente ditos não são públicos.

É evidente que cumprindo a missão de preservar esse patrimônio, a Cinemateca Brasileira já está fazendo o mais importante e essencial de seu trabalho, e só mesmo quem lida cotidianamente com as tarefas impostas por essa missão sabe o trabalho que isso dá. O fato é que a relação entre o âmbito da produção e da preservação cinematográfica é bastante direta, pois lógica que rege a primeira acaba por ter implicações diretas no cotidiano de quem cuida da segunda. Em primeiro lugar isso acontece por questões jurídicas. Os filmes produzidos com recursos públicos têm dono. Quando são depositados na Cinemateca é assinado um contrato de depósito entre o detentor dos direitos legais do filme e a Cinemateca que passa a ser a guardiã do

material (nada mais do que isso). É com essas pessoas que as cinematecas terão que sempre que alguma necessidade não prevista nos contratos entre eles e as cinematecas surgirem. Em segundo lugar, e mais importante, pela contribuição do cinema na construção da memória e da história da sociedade brasileira. Os filmes são como termômetros da sociedade. Não se preocupar com seu conteúdo, com o tipo de visão de mundo transmitida por eles, é não estar suficientemente atentos aos problemas que podem existir no meio em que vivemos, e do qual depende nosso trabalho.

Não estou propondo que as cinematecas saiam de seu campo de ação. É na relação entre a difusão e a preservação desse patrimônio (dessa memória) que reside a meu ver o essencial do papel das cinematecas na relação entre a preservação e a produção da memória cinematográfica.

Essa era uma preocupação muito clara de algumas cinematecas até o final dos anos 60, o que incluía a Cinemateca Brasileira. Toda a atividade de difusão promovida pela Cinemateca ao longo dos seus 20 primeiros anos de vida tinha vigorosamente esse foco voltado ao presente, de formar público, mas também os próprios cineastas. O que estava em debate era um projeto de cinema, e conseqüentemente um projeto de sociedade. Mas a necessidade de concentrar esforços na preservação passou a ser urgente. O cinema envelhecia, e com o passar dos anos aumentavam as chances de perdas de filmes. Para as cinematecas, devido altos custos envolvidos, era preciso escolher pelo essencial de suas tarefas: preservar os filmes. A difusão dos mesmos foi colocada em segundo plano, mas acabou criando uma tendência que poderia transformar as cinematecas em meros receptáculos de filmes. Isso porque essa mudança de enfoque permitiu, e deu espaço para o avanço de um *novo mercado do patrimônio* sobre o campo do cinema (composto pelo mercado de DVDs, canais por assinatura, e pela internet) que colaborou (e mesmo agiu diretamente) por vias diversas para obliterar o sentido político de alguns projetos das cinematecas que defendiam e buscavam uma relação mais próxima entre difusão e a produção contemporânea diversa daquela dos quadros da grande indústria.

Tudo se passa como se não houvesse nenhuma relação entre a preservação e a produção de filmes, mas é evidentemente que essa relação existe, pois o que se produz é o que é preservado, e o que é preservado é o que é difundido. Assim, ao abrir mão de uma primazia no campo da difusão, as cinematecas foram supostamente abrindo mão de

sua relação com o campo da produção, e *a difusão se tornou apenas e tão somente uma consequência da preservação perdendo sua autonomia* (algo que tem toda a relação com o enfraquecimento, e mesmo *desaparição* da crítica de cinema). A palavra de ordem no mundo das cinematecas hoje é a *dar acesso aos filmes*. Mas a *difusão* não é apenas acesso. *Acesso é apenas o primeiro passo para a difusão*. Difusão é pedagogia, e se posicionar em relação ao cinema, é ter um projeto de cinema. A preservação em si pode até ser apolítica, mas a difusão nunca será. Assim, ao lado de grandes retrospectivas de cinematografias nacionais, e de mostras da obra de grandes cineastas, creio ser tarefa de uma cinemateca um debate constante sobre os rumos da cinematografia de seu próprio país. Mais ainda se eles são em grande parte produzidos e preservados com recursos públicos. E isso não deve ocorrer apenas na sede da Cinemateca. Não é apenas o público que tem que chegar à Cinemateca, a Cinemateca também deve chegar até o público.

O trabalho da Cinemateca Brasileira é excepcional e não deve para nenhuma cinemateca do mundo. Em alguns pontos está mesmo bem mais à frente que cinematecas bem mais ricas que a brasileira. Sei que a tarefa proposta aqui não é fácil, mas creio que faz parte da natureza de sua missão institucional. Nas palavras do professor e crítico de cinema, Paulo Emilio Salles Gomes (1916 – 1977) um dos fundadores e principal ideólogo da Cinemateca Brasileira, não se separa cultura cinematográfica da cultura em geral, e uma cultura viva pressupõe o conhecimento do passado, a compreensão do presente e perspectivas de futuro.